

**Daniel Souza Silva Emiliano**

**O trauma colonial e os rumos da psicanálise (à) brasileira**

**Uberlândia-MG**

**2021**

**Daniel Souza Silva Emiliano**

**O trauma colonial e os rumos da psicanálise (à) brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em psicologia.

**Orientador: João Luiz Leitão Paravidini**

**Uberlândia-MG**

**2021**

**Daniel Souza Silva Emiliano**

**O trauma colonial e os rumos da psicanálise (à) brasileira**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, 29 de outubro de 2021.

---

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Orientador)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

---

Profa. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide (Examinador)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

---

Me. Bruno Castro Ribeiro (Examinador)  
Psicólogo

**Uberlândia**  
**2021**

## Sumário

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                             | 5  |
| A colonização: o colonizador e o colonizado.....                            | 11 |
| As consequências da colonialidade na formação da identidade brasileira..... | 16 |
| A recepção brasileira à psicanálise.....                                    | 21 |
| Considerações finais.....                                                   | 25 |
| Referências.....                                                            | 27 |

## Resumo

A teoria e a clínica psicanalítica, em contramão ao restante do mundo, vem sendo cada vez mais difundidas no Brasil. Apesar desse crescimento, é questionável o quanto se produz no país e o quanto é apenas importado e consumido de outros países produtores de tal conhecimento. Uma vez que mudanças culturais devam resultar em adaptações teóricas e clínicas, torna-se importante investigar os motivos dessa importação do saber. Para tanto, neste estudo foi necessário traçar um percurso histórico que comportasse o colonialismo brasileiro e as condições políticas, sociais e culturais do país na época em que a psicanálise adentrou suas fronteiras. Através do discurso do colonizador, foi possível observar que a inserção do povo brasileiro em sociedade se deu de forma traumática e esse trauma, deixado pelo colonialismo, ainda repercute no povo brasileiro nos dias atuais. As consequências deste são diversas e se manifestam principalmente na violência, na subalternização de conhecimento, na “antropofagia” do outro, na hierarquização do saber, na busca incessante de identidade e na idolatração brasileira pelos seus colonizadores. Embora o trauma colonial ainda desague no presente, pouco se fala sobre o assunto entre a comunidade científica. Mostra-se a importância de dar voz a tal silêncio, (re)pensando sobre o “não dito” que assombrou e ainda assombra o povo brasileiro.

**Palavras-chave:** psicanálise; cultura brasileira; colonialidade; trauma.

## Abstract

Psychoanalytic theory and clinic, contrary to the rest of the world, has been increasingly widespread in Brazil. Despite this growth, it is questionable how much is produced in the country and how much is imported and consumed from other countries that produce such knowledge. Since cultural changes should result in theoretical and clinical adaptations, it becomes important to investigate the reasons for this importation of knowledge. Therefore, in this study, it was necessary to trace a historical path that encompassed Brazilian colonialism and political, social and cultural conditions of the country at the time psychoanalysis entered the country's borders. Through the colonizer's speech, it was possible to observe that the insertion of the Brazilian people into society took place in a traumatic form and this trauma, left by colonialism, still affects the Brazilian people today. The consequences are diverse and are manifested mainly through acts of violence, in the subordination of knowledge, in the “anthropophagy” of the other, in the hierarchization of knowledge, in the incessant search for identity and in the Brazilian idolization by its colonizers. Although the colonial trauma is still unraveling in the present, little is said about the topic among the scientific community. It shows the importance of giving voice to such silence, (re)thinking about the “unsaid” that haunted and still haunts the Brazilian people.

**Keywords:** psychoanalysis; brazilian culture; coloniality; trauma.

## **Introdução**

Em 1909, Freud visitou os Estados Unidos da América, buscando ao mesmo tempo, difundir a psicanálise e fugir da repressão e crítica advindas do antissemitismo. Embora nunca viesse ao Brasil ou à América do Sul, a chegada de Freud ao Novo Mundo foi um momento de grande importância para a internacionalização da psicanálise, através da implementação do “freudismo” nas Américas (Chinalli, 2010). Poucos anos depois, o saber psicanalítico se estenderia à América do Sul, incorporando-se primeiramente no Brasil, de forma dessemelhante pelos artistas modernistas e médicos psiquiatras na segunda década do século XX.

Torquato & Rocha (2018) usam da chegada do saber psicanalítico na Argentina para demonstrar como a psicanálise se transforma de acordo com o contexto do país a qual é incorporada, ressaltando a cultura “europeizada” da Argentina. Contudo, cabe-nos investigar acerca das condições políticas, sociais, culturais e históricas do Brasil no momento em que o freudismo adentrou nossas fronteiras. Assim, Torquato e Rocha (2018) nos guiam a questionar se a psicanálise realmente teria se transformado ao chegar no país, ou seria apenas recebida, sem muito rigor, através de uma subalternização do saber do Brasil pós-colonial frente aos países colonizadores. Para tanto, é preciso que seja pensada uma diferenciação entre a psicanálise vienense e a psicanálise brasileira.

Todavia, antes de pensarmos em uma psicanálise que seja própria a alguma região, é preciso refletir sobre o que nos leva a apontar essa separação. Para tal, utilizaremos um dos conceitos de cultura usados por Freud, extraído do “mito do pai da horda primitiva”, de Totem e Tabu (1913/2016, pp. 13-155). Este, conta a história de uma horda primária, liderada por um pai violento e ciumento, que possuía todas as mulheres e as proibia aos demais membros do grupo, expulsando seus filhos da tribo quando atingiam a maioridade, para que não ameaçassem a sua soberania. Os filhos que foram expulsos desejavam

possuir o gozo absoluto do pai da horda, então decidiram se unir para tomá-lo, assassinando e devorando-o. Contudo, apesar de se sentirem livres pelo fim da horda patriarcal, os filhos se depararam com uma nova angústia, proveniente dos sentimentos ambivalentes de amor e ódio que os irmãos tinham pelo pai, que se transformaram em remorso, devido ao horror e culpa causados pelo parricídio e canibalismo. Como tentativa de alívio para essa angústia, são criadas novas leis, dentre elas a proibição de seus próprios atos criminosos, o canibalismo e o incesto, os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. O pai morto da horda primerva, repressor, violento e ciumento estava agora, de certa forma, mais vivo do que nunca. Freud vê a cultura, então, como a soma total dos feitos e instituições criadas para nos separar daquilo que tínhamos de semelhante com nossos antepassados, servindo como proteção do homem contra a natureza e como dispositivo de ordem para as relações humanas (Martins, 2020).

A partir desse conceito, é possível dizer que a cultura está diretamente ligada a formação da psique humana, sendo ela onipresente na obra freudiana, através do que foi chamado de “mundo externo” (Smadja, 2016). Em outras palavras, sociedade e a cultura, se mostram não só como fontes impulsionadoras na vida de todos os indivíduos inseridos dentro delas, como também, em sua complexidade, uma fonte de múltiplas formas de sofrimento. É importante destacar que a cultura não se limita apenas à formação da psique, mas também, de acordo com Stuart Hall (Godoy & Santos, 2014), atravessa toda ação e prática social, onde expressa um significado, podendo ser vistas como práticas de significação.

Dito isso, torna-se inegável a importância da cultura para estudarmos a psicanálise. Como ela atravessa toda ação social, também tem seu papel na formação do mal-estar do indivíduo. Para nos dar luz acerca dessa afirmação, Barros (2012) parte da explicação proposta por Freud acerca do aparelho psíquico, onde de um lado temos

conflitos internos e do outro, conflitos externos. Os conflitos internos se baseariam nas pulsões instintivas do ser humano (pulsão libidinal e pulsão de morte), onde sempre existiria uma necessidade de satisfação de seus desejos. Já os conflitos externos, estão ligados ao social e suas características controladoras e repressoras desses desejos.

Zahar-Cavalcanti & Poli (2015) mostram que a formação da sociedade para combater o desamparo trata-se de um paradoxo, pois é exatamente na civilização que busca a adequação do sujeito social à cultura e na relação com o outro que o desamparo que outrora assombrava o homem, volta a existir. Em outras palavras, com a tentativa da humanidade em lidar com seu desamparo, causador de seu mal-estar, foi criada a civilização, que, através do laço social, se mostra o maior obstáculo na satisfação pulsional e à felicidade dos indivíduos.

Como esse conflito se dá a partir da inserção do indivíduo na sociedade, torna-se válida a afirmação de que o mesmo é constituinte o ser humano. É de se supor que, visto desse modo, a cultura pareça inimiga da humanidade, reprimindo seus desejos e, conseqüentemente, adoecendo-a, pois, se nos atentarmos à teoria freudiana, tal repressão seria o início de toda doença neurótica (Barros, 2012). Contudo, o intuito dessa proposição não é de atacar o mundo externo, mas sim, de nos aprofundarmos, a luz da teoria psicanalítica, na complexidade do aparelho psíquico humano, em sua capacidade de adaptação e em como o mundo externo atravessa o indivíduo em todos seus aspectos.

O ponto que nos interessa destacar nessa discussão, refere-se à possibilidade de se inferir que, conforme a cultura muda, seja por questões de época ou de geografia, o tratamento psicanalítico também deva mudar. Para tanto, utilizaremos das escritas de Mendes (2006), ao apontar que a subjetividade da época de Freud se constituía em função de uma sociedade repressora, que colocava o indivíduo em um lugar de culpa, recalcando seus desejos e, conseqüentemente, dava origem à neuróticos, sendo a própria clínica

freudiana voltada para os mesmos, em prol de atender essa necessidade. Hoje, contudo, a subjetividade social não gira em torno dessa grande repressão, como aponta Bauman (1998, p. 10), onde, segundo o autor: “Os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade”. Ou seja, para o homem moderno, a fonte de seu mal-estar estava atrelada a uma grande segurança (das instituições) que lhe permitiam pouca liberdade na busca por felicidade. Em contrapartida, frente a queda da autoridade simbólica e o distanciamento das instituições, o homem se depara com uma nova fonte de mal-estar, que agora provêm de uma grande insegurança, que é consequência de muita liberdade na busca de sua felicidade. Há de se concluir, então, que mudanças culturais devam resultar em adaptações clínicas e teóricas para uma determinada cultura.

Em concordância, Torquato & Rocha (2018) discorrem acerca das migrações de ideias da psicanálise Europeia para a América-Latina, ressaltando que existem transformações que não podem passar despercebidas, necessitando que haja não só um conhecimento sobre o caminho pelo qual a psicanálise passou para ser conhecida nacionalmente, mas primeiramente sobre o contexto em que ela foi originalmente desenvolvida e, não menos importante, o contexto em que se encontra o local que a receberá. Assim, esses autores encontraram em suas pesquisas um “Freud errante em terras brasileiras” (p. 290), uma vez que tivera sido acolhido com pouco critério pelos pioneiros da psicanálise no Brasil.

Relacionando o que foi dito até então, a respeito da psicanálise no Brasil, surgem algumas questões: A psicanálise se constituiria como uma identidade? Existe uma psicanálise voltada à cultura Brasileira ou estaríamos utilizando de uma psicanálise estrangeira? Qual era a condição em que estava o território brasileiro e sua população na

época de chegada da psicanálise? Ainda estamos em um processo de construção? Ou de desconstrução?

Para dar início a essa investigação, é necessário desviar nossos olhares para o século passado, nos primeiros momentos de repercussão da psicanálise no Brasil. Embora tenha chamado muita atenção, não apenas dos médicos psiquiatras da época, mas também dos artistas modernistas, o Brasil nunca esteve nos planos iniciais de extensão da psicanálise de Freud. É possível notar em um trecho de uma carta trocada com Júlio Pires Porto-Carrero que, quando Freud diz: “Quão notável que no distante Brasil nasça de repente um movimento psicanalítico pronto...” (Castro, 2015, p. 1455), ele não se refere a distância geográfica, mas sim à um país longe do saber psicanalítico.

Contudo, dando seguimento às escritas de Castro (2015), após o recebimento das cartas brasileiras, Freud iria guiar os pioneiros da psicanálise no país. Ainda através de cartas, uma vez que o mesmo, em vida nunca viera ao Brasil, enviou instruções que os levariam a se alinhar aos padrões da IPA (International Psychoanalytical Association), e consequentemente, obtendo o reconhecimento como Study Group em 1929.

Neste contexto, faz-se necessário refletir sobre os possíveis motivos que levaram os pioneiros da psicanálise a fundarem uma sociedade de psicanálise no Brasil, sendo inspirados pela IPA. Gil (2000) percorreu em suas pesquisas acerca de uma possível explicação para tal pretensão, que seria a busca frequente de uma identidade brasileira. Tal busca seria advinda de um desejo de reaver aquilo que nos foi tirado no passado colonial, e que, segundo a autora, se trataria de uma característica psicológica do Brasil, disfarçada de identidade nacional. O encontro inicial do colonizador com o colonizado seria um marco inicial que colocaria o indivíduo em uma dualidade, identificando-se ora como agressor (colonizador), ora como vítima (colonizado).

Ainda em Gil (2000) temos o estudo de Alfredo Jerusalinsky sobre o “Discurso Colonial”. Este, se refere ao discurso do colonizador, dizendo que nas terras colonizadas não há pai, logo, não há lei. Ao encontro deste estudo, Torquato & Rocha (2018) afirmam que, uma vez que em terras sem lei entra a “incorporação do estrangeiro”, que diz respeito à consumo do outro, ou a antropofagia. Observa-se que ambas teorias se complementam e são, fundamentadas através das teorias freudianas presentes em Totem e Tabu (1913/2016, pp. 13-155), de onde foi extraído o significado de cultura que deu origem a toda essa discussão.

É importante destacar que até então não estamos trabalhando com o significado de colonialismo em si, que utiliza da força militar para dominar e explorar populações. Nesse contexto falamos de colonialidade, que se refere a dimensão simbólica do colonialismo, se tratando de um processo que objetiva nutrir a exploração do povo através da perpetuação do discurso do colonizador e que, por sua vez, atua “naturalizando a hierarquização dos saberes”, o que inferioriza as experiências, saberes e formas de vida do povo dominado (Basso & Weinmann, 2019).

### **A colonização: o colonizador e o colonizado**

A chegada dos portugueses ao território brasileiro não se deu de maneira proposital, mas sim por um erro de rota, visto que eles visavam o caminho das Índias, que era uma fonte de acesso às especiarias, produtos muito cobiçados na época. A “descoberta” do Brasil, foi então, a curto e grosso modo, um equívoco (Mendes, 2017). Sem considerar a vontade da população que já habitava o Brasil antes de chegada portuguesa, foram enviados ao país pessoas consideradas indesejadas pela sociedade de Portugal, que vieram contra sua vontade e sem interesse de permanecer, juntamente com mulheres recrutadas para se casarem com eles contra sua vontade. Logo em seu início, o território brasileiro não despertava nenhum outro interesse aos portugueses, que o viam como um território fragmentado e destinado a atividades posteriores.

Passado algum tempo, conforme os povos enviados pelos portugueses iam explorando a mata, utilizando da captura e do trabalho escravo dos nativos da região, foram encontrados recursos valiosos para o comércio com a Europa, como pedras preciosas e o pau-brasil, de onde posteriormente seria dado nome oficial ao país. Sendo assim, o Brasil que antes não desperta interesse algum para Portugal, agora começava a entrar nos planos de colonização, porém não de povoamento, como aconteceu com os Estados Unidos da América, onde foram enviadas pessoas para povoarem e exercerem sua fé em um novo mundo de oportunidades. Como diz Facchinetti (2001), tratava-se de uma colônia de exploração, uma vez que por parte dos portugueses não havia planos de constituir o Brasil como nação, mas sim de se usufruir de suas terras, sendo enviados, agora, não somente os indesejados, mas também exploradores confiáveis que se propunham a desbravar as matas em busca de suas riquezas. Mostra-se aqui a importância do olhar cuidadoso para a história da formação do Brasil, que surgiu da exploração, da violência, da submissão,

do estupro, da importação de escravos e de casais arranjados e forçados a morar no país, que só tinham em comum o desejo de não ir.

O processo de colonização nas colônias de exploração se dá de forma cruel. O colonizador não vê valor algum nos corpos colonizados ali presentes, impondo suas culturas, crenças e saberes como superiores ao povo local, silenciando toda a sua subjetividade. Talvez seja mais cruel ainda, em concordância com Nagem, Garcia, Martins e Amorim (2021), refletir que nem mesmo a língua sobrevive frente ao colonizador brutal, que a aniquila.

A constituição do ser humano se dá através da língua desde seu nascimento até o dia de sua morte. Seja por gestos, falas ou qualquer outro ato, os seres humanos conseguem se comunicar entre si através do simbólico. Ela também é muito importante para a psicanálise, principalmente para Freud, Bion e Lacan, onde são trabalhados os conceitos de representação-coisa e representação-palavra, diretamente relacionados ao inconsciente humano (Pokorski & Pokorski, 2012). Dizer, então, que o colonizador destrói a linguagem do colonizado é dizer que ele ataca toda a subjetividade do indivíduo, desestruturando-o gradativamente, até que este nem mesmo se reconheça, tendo como visão de si a de um mero objeto de uso e gozo do colonizador. Um exemplo muito visível dessa colonização cruel está na própria língua portuguesa do Brasil, que até hoje pouco se diferencia da língua de Portugal, nem mesmo em nome, além de que sobraram apenas poucas tribos de índios sobreviventes no Brasil que ainda mantiveram seu idioma original.

O Brasil é então colocado na posição de um corpo desfrutável, onde tal qual o mito do pai da horda, apenas seu colonizador tirânico tem o direito do gozo. O colonizador brutal, através desse gozo, exerce sua potência esgotando o país, mas também tendo em mente que não era essa América a qual ele queria fazer gozar, apenas a que tinha à

disposição, em todo seu equívoco (Mendes, 2017). Dito isso, é interessante observar que o colonizador também sofre, pois não era o Brasil que ele tinha em mente e, se colocássemos o próprio em análise, talvez chegaríamos a conclusão de que é dessa angústia que provém a necessidade de tamanha violência para com o país e seus habitantes originais. Inconscientemente, esse processo, com toda sua violência, reprime o colonizado, fazendo com que ele próprio tenha interesse de ser excluído das funções de direção, tornando-as responsabilidade do colonizador, que de forma gananciosa, tem como objetivo apenas usufruir dos habitantes e das terras e não de guia-los (Vargas & Amaral, 2019).

A colonização no Brasil ocorreu de modo desenfreado até meados de 1540, quando começou a ser economicamente interessante, devido a descoberta do ouro e do pau brasil na região, que Portugal fizesse um controle mais rígido de sua colônia. Daí para frente, aumentaram as fiscalizações, vigias, punições e, de maneira desproporcionalmente maior, a quantidade de impostos cobrados. Foi apenas em 1808, fugindo de Napoleão Bonaparte, que Dom João VI veio para o Brasil, se refugiando. Até então, nada podia ser desenvolvido no país, que deveria ser economicamente dependente de Portugal. Embora o país tenha proclamado independência de Portugal em 1822, foi somente 67 anos depois, em 1889, que a monarquia de Portugal deixaria de governar o país (Mendes, 2017).

É importante apontar que a própria vinda de Dom João VI, a independência do país e a queda da monarquia foram resultantes do próprio interesse de Portugal, não do Brasil. Os habitantes do país não podiam lutar contra a violência e o trauma do processo de colonização e, mesmo se pudessem, o discurso pelo qual foram inseridos em sociedade ao longo de todos esses anos, não os permitiria, uma vez que os mesmos sempre sofreram de uma constante alienação colonial. As questões apresentadas são extremamente importantes, pois estamos falando de um trauma transgeracional que, por causa da

alienação colonial, nunca tivera sido trabalhado, mas sempre existiu e é existente ainda nos dias de hoje, onde, de acordo com Costa e Mendes (2020, p. 7), “trazemos até hoje chagas e feridas abertas, amalgamadas a estruturas antagônicas que se complexificam e dinamizam no próprio movimento sócio histórico”.

Para nos aprofundar nas marcas deixadas pela colonialidade, é preciso que, de forma breve, retornemos ao conceito de discurso do mestre, proposto por Jacques Lacan para explicar a inserção dos sujeitos na linguagem. Este, de forma abrangente, se refere a relação de interdependência de um mestre que só existe a partir de um outro subalterno, que, por sua vez, detém o conhecimento do desejo do mestre, mas que se encontra preso em uma “relação mais-gozar”. Para exemplificar tal disposição discursiva, Basso e Weinmann (2019) trazem a dialética do senhor do escravo, elaborada por Hegel (1770-1831). Esta, aborda a batalha de vida ou morte entre duas consciências-de-si, onde o senhor do escravo, vitorioso, seria representado como a vida, ao passo que o escravo, derrotado, seria representado apenas como um objeto de uso e gozo do seu senhor. O escravo seria, então, apenas a ponte entre o senhor e o seu objeto de gozo, do qual apenas ele deteria o conhecimento, e o senhor do escravo só teria essa posição dada a existência do próprio escravo, tornando-se uma cruel relação de interdependência.

Dado o discurso do mestre, ainda em Basso e Weinmann (2019), nos deparamos com uma nova proposição, retirada das análises do psicanalista francês Charles Melman, sobre o discurso do mestre colonial, ou discurso do colonizador. Aqui, Melman irá discorrer sobre como a violência da colonização daria uma nova e estranha forma ao discurso do mestre, verticalizando-o e, como consequência, impedindo seu giro, tal como ocorrem nos discursos do mestre antigo, do analista, do universitário e do histórico. Dito isso, o discurso do mestre colonial, devido a sua opressão, agiria de forma a impedir a entrada dos sujeitos na cultura. É observável que com essa mudança, os indivíduos colonizados

não mais estariam se inserindo em sociedade através da castração simbólica, mas sim através de um trauma marcado pela violência, dominação e pelas relações abusivas de poder, formando uma “cadeia de repetição, masoquismo e gozo” (Basso e Weinmann, 2019, p. 138).

Torna-se evidente que uma inserção traumática à sociedade e à cultura, através do discurso do colonizador, traria fortes consequências para a formação da identidade brasileira. Por se tratar de formações traumáticas não trabalhadas e, muitas vezes, nem mesmo observadas, elas se perpetuariam de forma transgeracional, já que uma sociedade adoecida também adoeceria seus próximos integrantes, fazendo com que eles vivam em “uma lógica de produção de sofrimento” (Costa & Mendes, 2020, p. 1). É importante, então, olharmos delicadamente para como se deu a constituição da identidade brasileira, de modo a observar a forma com que o trauma do discurso do colonizador a afetou e sobre como a comunidade científica do país lida com essa questão tão complexa e incontornável.

## **As consequências da colonialidade na formação da identidade brasileira**

Em seu desenvolvimento, o bebê humano desconhece dos recursos necessários para a sua sobrevivência, sendo dependente de cuidados externos. O seu desenvolvimento psíquico também se baseia na relação com o outro, um objeto externo a ele, ao qual vai imitar, incorporar e projetar (Levisky, 2002). Contudo, segundo Ferreira e Batista (2017, p. 49), “o bebê é falado muito antes de falar”, ou seja, antes do seu nascimento, ele já está inserido na linguagem, uma vez que seus pais já possuem experiências prévias que poderão interferir no seu ambiente de desenvolvimento. Durante a gestação, na turbulenta e protegida vida intrauterina, o bebê já ouve, percebe luz e reflexos das reações emocionais e hábitos da mãe, juntamente a sensações de prazer e angustia.

Antes que se torne um ser falante, é necessário que o bebê absorva a linguagem a qual está inserido, de forma a buscar os significantes dados às palavras, constituindo assim, sua subjetividade. Segundo o Seminário 11 de Lacan (1964/2008), para que essa constituição ocorra, seriam necessárias duas operações: a alienação e a separação. A alienação diria respeito a atividade da dupla mãe-bebê, onde a posição do bebê seria posta em destaque como a do objeto faltante para a mãe, o que permitiria com que ela desse sentido a forma com que o bebê consegue se comunicar em seus primeiros momentos, seja por gestos, choro ou grito, falando com ele e por ele. Dessa forma, essa primeira operação seria um tipo de co-construção onde ambas as partes operam ativamente. A segunda operação diz respeito à separação do bebê com o Outro, onde é postulada uma figura — geralmente a paterna — que institui uma lei simbólica, proibindo que o bebê que se coloque como objeto exclusivo da mãe, também à impedindo de reintegrá-lo como seu objeto próprio. Dessa forma, é permitido que a criança dê início à sua vida “autônoma” (Ferreira & Batista, 2017).

Contudo, ainda acompanhando Ferreira e Batista (2017), a psicanálise compreende que essas operações, embora concluídas, ditam o modelo de constituição e de posição de mundo que será utilizado para a criança constituir suas novas relações, ao longo de toda a sua vida. De forma com que, a constituição da identidade, mesmo que aparentemente autônoma, se dê a partir dos laços identitários, ou seja, a constituição de um indivíduo é sempre dada a partir da incorporação dos traços de um Outro. O que se pretende aqui, ao trazer esses aspectos da constituição psíquica do sujeito, é falar sobre as consequências de quando esses processos ocorrem de forma traumática, tal qual o discurso do colonizador, onde o sujeito se encontra em posição de extensa e intensa fragilidade. Essa entrada traumática incapacita o indivíduo a se posicionar de forma autônoma perante o mundo, o que faz com que ele não seja o “protagonista da sua própria vida”, sendo refém do Outro e dos seus desejos caprichosos.

Para a psicanálise, o trauma ocupa dois lugares contrários. De um lado ele é constituinte subjetivo da espécie humana, enquanto seres de linguagem, quando há possibilidade de recordação e elaboração do mesmo. Esse aspecto do trauma agiria de forma positiva no sujeito, possibilitando mudanças de sentido e significações. Em contrapartida, o trauma também pode ter um caráter dessubjetivante para o indivíduo, especialmente em situações de violência extrema. Nesse aspecto, o trauma agiria de forma negativa, impedindo os processos de elaboração do ocorrido e de mudança (Cidade & Zornig, 2016).

A partir desses modelos de constituição do indivíduo e de trauma, podemos nos voltar novamente para o sujeito colonizado. Este, como já mencionado, foi marcado pelo discurso do colonizador na sua cultura, o que inclui sua fé, tradições, costumes, escrita, saberes, leis, arte, moral, seus hábitos e sua linguagem. Nos estudos de Moreno e Junior (2012), podemos observar que essas marcas geram um excesso pulsional no indivíduo,

que já se encontra em situação de desamparo psíquico frente a falta de investimento do Outro. Uma vez que impossibilitados de elaboração ou até mesmo de legitimação, a resposta defensiva do psiquismo humano seria a de clivar as impressões traumáticas, dessa forma, recalando a memória do ocorrido.

Mesmo que o trauma colonial tenha ocorrido no passado do indivíduo e deixado suas marcas lá, esse, de acordo com Winnicott, se encontraria naquilo que não foi experienciado, uma vez que ocorreu uma impossibilidade de apropriação subjetiva do mesmo (Cidade & Zornig, 2016). Essa experiência, mesmo que clivada, continua a operar no psiquismo do indivíduo, ameaçando a subjetividade através da possibilidade do retorno do recalado. E esse trauma pode persistir mesmo após a morte do indivíduo, ao percebermos que, retornando a Moreno e Junior (2012, p. 48), “um acontecimento que permaneceu clivado no psiquismo de uma geração — impossibilitado de circulação e figurabilidade — é transmitido enquanto lacuna de memória para a próxima geração”.

Essa clivagem da memória traumática é intensificada quando levamos em consideração as narrativas hegemônicas dos portugueses, via discurso do colonizador. Com essas narrativas, os colonizadores distorceram o processo de colonização, transformando-o em um ato glorioso, como uma espécie de salvação para o povo nativo, um ato heroico. Macedo (2016) contribui com o estudo dessas narrativas, apontando suas consequências na constituição do imaginário nacional, uma vez que a visão distorcida que os indivíduos tinham sobre a colonização influenciaria diretamente na interpretação de passado, na sua postura para o presente e nas suas elaborações futuras. Dessa forma, o que se percebe em um primeiro momento, é um endeusamento da cultura europeia e de seus saberes em um olhar, quase que de agradecimento, para os supostos heróis que “salvaram” o povo brasileiro.

Nota-se, mais uma vez, a codependência na busca de satisfação dos desejos, onde de um lado temos um povo brasileiro arrasado, pela busca incessante de um pai simbólico que o constitua como identidade e os proteja do desamparo. E por outro lado, temos um Outro que se desenvolve produzindo um subdesenvolvimento e que goza ao saber que os povos subdesenvolvidos os olham com luxúria (Costa & Mendes, 2020). É posto em cena, um Brasil usurpado e negado de si enquanto nação, que se alienou no desejo do Outro, fazendo com que o desenvolvimento de seu povo não se baseasse na soma dos indivíduos ali presentes, mas sim na subtração deles: “um povo não-europeu, também desindianizado e desafricanizado”. Faz-se nítido que a resposta a isso, seja a de consumo do Outro, ou seja, a de internalizar o que o Outro europeu conhece, ao invés de produzir seu próprio conhecimento.

Nesse processo de consumo, para que a população brasileira pudesse se desenvolver, eles precisavam se civilizar tal qual seus colonizadores, que pareciam deter o poder para o desenvolvimento, em um movimento de europeização do povo brasileiro (Facchinetti, 2003). Contudo, como já vimos, este é um processo que o colonizador não deixa ser concluído, pois, se a colônia atingisse o nível de desenvolvimento da metrópole, o ideal do colonizado deixaria de existir e o mestre colonizador não mais gozaria com tal título. Dessa forma, ainda agindo em prol de defender sua onipotência, o mestre colonizador condena o povo brasileiro à uma visão de si sob o rótulo da incapacidade, como se os habitantes do Brasil não conseguissem se desenvolver pela “estupidez e incompetência inata” de seu povo (Facchinetti, 2001, p. 32).

É interessante perceber o quanto esse olhar incapacitador está presente no Brasil ainda hoje, quando do povo brasileiro escutamos coisas como: “o Brasil não presta”; “o povo brasileiro é aproveitador, corrupto, preguiçoso”; “para tudo tem um “jeitinho brasileiro”; “os outros países são melhores”; quando normalizam ações corruptas e

violentas; até mesmo quando apoiam discursos de ódio; entre outras tantas depreciações comuns para quem vive por aqui. É nesse ponto que nos deparamos com o exemplo nítido da consumição e a incorporação do colonizador pelos brasileiros, quando adotam a mesma postura que antes fora adotada com eles, mimetizando as desqualificações através dessa flagrante identificação com o discurso do agressor. Mendes (2017) aborda essas ações como sintoma da colonização, mas também nelas inclui a violência excessiva dos povos brasileiros. Nota-se que ao falar de violência, o autor diz exatamente daquela que não tem um alvo certo, que está presente tanto no âmbito físico quanto no psicológico e que é, de certa forma, comum para aqueles que vivem aqui.

## **A recepção brasileira à psicanálise**

Por um longo período, o povo brasileiro se espelhou e idolatrou a civilização europeia, a ponto de se considerar todos os seus passos como inferior a ela. Mesmo que a repetição desse comportamento perdure de forma velada nos dias atuais, desde o início da Primeira Guerra Mundial, grande parte do povo brasileiro se deu conta da violência e da barbaridade exercidas por aqueles que sempre formaram o modelo de civilização.

Novamente, os indivíduos estavam em desamparo diante da queda desse pai europeu (Facchinetti, 2003). Naquele período histórico, deparamo-nos com a ascensão e a expansão da psicanálise freudiana, que rompia o discurso do mestre colonizador, uma vez que, enquanto ciência, não possuía um olhar biologizante, higienista ou evolucionista do sujeito, e sim um viés subjetivo, que considerava sua cultura e linguagem, até então negadas ao povo brasileiro.

Curiosamente, a ausência de um pai simbólico que constitui o Brasil como identidade ainda repercute nas pessoas, de forma a nos colocar em um movimento de constante busca por uma identidade – um povo que é violentado e subtraído de si mesmo, procurando uma referência para constituí-lo por completo. Com isso, os sujeitos se agarram ao primeiro objeto que lhes pareça abrir um caminho à identidade brasileira, mas há consequências observáveis nas próprias escolhas políticas atuais, sem critério, em um movimento de idolatria que apoia o ódio, a violência, o negacionismo e a negligência.

Se retomarmos a relação da colonização brasileira ao mito do pai da horda, podemos observar que, embora o povo tenha “assassinado” seu pai tirânico, isso não leva a acabar com a tirania de fato, ao se tornar novamente presente através do retorno do recalado em forma de culpa e angústia. Essa, por sua vez, é deslocada para o que era proibido pelo colonizador, como a construção de identidade e, consequentemente, do próprio saber. O objeto proibido não se torna alcançável, uma vez que, com o rompimento

da lei de onipotência do colonizador, novas leis precisam ser instituídas para não invalidar o suposto equilíbrio observado com a presença do pai europeu, que retomariam os sentimentos de angústia advindos do trauma criado por ele.

Diante dos aspectos supracitados, torna-se mais visível a construção de um “Freud errante em terras brasileiras” (Torquato & Rocha, 2018, p. 290). Embora a psicanálise, de certo modo, carregue uma característica “internacionalizada” desde o período em que foi criada, algumas mudanças não podem ser ignoradas, principalmente as culturais e subjetivas dos povos aos quais a ciência será aplicada. Contudo, seria demasiadamente exagerado solicitar que uma população arrasada, como pudemos ver, tivesse esse grande rigor teórico frente a um saber europeu, sobretudo por se tratar de uma época de desamparo, face à queda do pai simbólico, que levou as pessoas a se agarrarem no primeiro objeto que lhes desse sentido novamente – nesse caso, a psicanálise.

Apesar deste estudo ter seu foco na psicanálise, a “eurocentralização” do saber aconteceu em todos os campos do conhecimento, uma vez que os estudos dos pesquisadores pós-coloniais não foram relativos apenas à psicanálise. Gonçalves (2005, p. 3) explica este movimento como um “legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”. Uma das possíveis justificativas para o eurocentrismo reside justamente na submissão ao outro europeu por medo da morte cultural, em que, por meio dessa ameaça, não permitia a produção ao Brasil, e sim reproduzir o que era permitido por Portugal.

Dito isso, podemos novamente nos direcionar para a psicanálise. Em “Deglutindo Freud”, Facchinetti (2001) discorre que, como fruto do discurso do mestre colonial, a excessiva idealização dos escritores pós-coloniais por elementos de origem europeia os afasta da realidade na qual eles queriam se manter para, assim, se prender à literatura

colonizada. Já Costa e Mendes (2020) salientam a necessidade psicológica de estudar aspectos históricos e sociais do passado, para podermos compreender a forma modificada e complexa repercutida no presente. Apesar dessa relevância, Coronil (2005) destaca que os estudos da américa-latina sobre o trauma da colonização são escassos e pouco aprofundados, existindo uma espécie de silêncio entre os escritores sobre o assunto associado ao trauma colonial.

Nesse ínterim, Basso e Weinmann (2019) afirmam que, para o psicanalista Charles Melman, a inscrição colonial na cultura brasileira é dada por meio de uma permanente alienação, na qual não houve um momento em que não tenha sido assombrada pelo trauma colonial desde então, o que impediria a construção de novos sentidos e levaria à produção de um saber colonizado. Isso se associa diretamente à construção teórica e clínica na psicanálise do Brasil, por gerar empecilhos frente ao reconhecimento da alteridade, sobretudo pelo silêncio proveniente da inviabilidade da inscrição colonial traumática.

Embora o tema seja cada vez mais recorrente nos estudos realizados por pesquisadores brasileiros, ainda caminha em passos curtos. Existem poucas pesquisas sobre o trauma colonial, e menos ainda sobre a existência de uma identidade brasileira para a psicanálise aqui exercida. Rivera (2019), por exemplo, pontua que a psicanálise brasileira é vista, em âmbito internacional, sem ter o reconhecimento de qualidade ou produção, em função da incorporação de um saber produzido além das próprias fronteiras – os psicanalistas do nosso país, inclusive, quase não utilizam da psicanálise produzida aqui. Parece cômico pensar que, mesmo após o fim da colonização, o brasileiro ainda olha com luxúria para seu mestre colonizador, que não o coloca na posição de igual, mas como um mero consumidor do seu produto.

A psicanálise brasileira parece ser uma “exceção no mundo” (Dunker, 2019, p. 22), uma vez que a teoria e clínica psicanalítica se mostram fortes e têm sido frequentemente difundidas por aqui, em contrapasso à maioria dos países que a praticavam. Parece inquestionável a importância da psicanálise no Brasil, especialmente quando refletimos acerca dos momentos vividos (e que ainda vivemos) de uma grande violência sem precedentes em nossas fronteiras, provenientes de traumas não trabalhados dos períodos coloniais. Diante disso, torna-se fundamental (re)pensar os impactos da colonização brutal para com o povo brasileiro, assim como sobre a psicanálise exercida no país.

### **Considerações finais**

No presente estudo foram abordados, a partir da perspectiva psicanalítica, o conceito de colonialidade, referente a dimensão simbólica do colonialismo e a inserção do povo brasileiro em sociedade a partir da transformação do discurso do mestre em discurso do mestre colonizador. Junto a isso, foram percorridas as consequências diretas e indiretas para o país e seu povo, principalmente na busca inconsciente, e por isso mesmo ainda mais incessante, por uma identidade, o trauma e a subalternização do saber brasileiro. Não menos importante, também foi abordado o papel da psicanálise no estudo desse trauma e questionada a própria identidade dessa psicanálise exercida em terras brasileiras.

A inscrição traumática do povo brasileiro, dada através da colonização do Brasil, repercute no país até hoje. Algumas dessas, de forma delicada, se fazem presentes na antropofagia velada do que é do outro Europeu, mas também de forma escancarada, quando considerada a violência excessiva que o povo brasileiro tem com seus conterrâneos e com o seu próprio país, ao passo que idolatra o que vem de fora. Revisitar uma história traumática nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente quando inserido na mesma, mas torna-se importante para o exercício das ciências humanas que se questione o que antes era trabalhado como verdade universal e absoluta, com o intuito de promover uma evolução constante que não se apegue aos costumes arcaicos, mas que se atente aos fatos observáveis, considerando as mudanças sociais que acontecem efetivamente nas civilizações.

Para a psicanálise, o trauma ocupa um lugar que constitui o homem como ser. Este, porém, já aconteceu e não pode ser eliminado, levando o sujeito à mudança, fazendo-o operar a partir deste. O que se faz aqui não é esquecer ou clivar o traumático, mas o seu oposto, lembrá-lo afim de que isso leve o indivíduo a ter ciência do ocorrido e

se apodere a ponto de conseguir dar novos sentidos ao que foi vivido e, como consequência, se permitir viver com isso, sem se fazer silenciar opressivamente. Apesar da importância disso, quando observamos, de modo geral, as pesquisas realizadas pela comunidade científica, é nítido o quão pouco se fala desse fantasma colonial que ainda se repete e assombra a todos nós. Porém, o intuito dessa pesquisa não foi o de criticar a comunidade científica brasileira, mas sim de dar voz ao silêncio das pesquisas no que se refere a este âmbito, convidando os leitores a (re)pensar sobre a questão do trauma da colonização, da busca incessante por uma identidade brasileira e a própria produção psicanalítica no Brasil, uma psicanálise (à) brasileira, mais potente, menos reprodutiva.

Esperamos que cada vez mais pesquisadores se interessem em pensar sobre a temática, mantendo viva a história brasileira, posto que traumática, uma vez que a psicanálise nos explica a incontornável potência deste mesmo traumático. Ao mesmo tempo em que revisitar possa se constituir em mais uma repetição inconsciente, buscando uma integração de identidade brasileira, pode ser também o início de uma resistência a essa formação colonial, levando o povo brasileiro a uma apropriação do que se faz Brasil. Afirma-se, uma última vez, a importância de se ampliar as discussões aqui trazidas, preenchendo suas lacunas, para que se possa enriquecer cada vez mais o tema, preenchendo, à passos curtos, o rastro significativo deixado pela colonialidade.

## Referências

- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Barros, M. O. (2012). Kultur: uma perspectiva freudiana. *Anais do Encontro Baiano de Estudos em Cultura*, Salvador, BA, Brasil, 3. Recuperado em 27 outubro, 2020, de <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Kultur-uma-perspectiva-freudiana.pdf>
- Basso, F., & Weinmann, A. O. (2019). Casa-grande, discurso do mestre e senzala: interpretação e colonialidade. *Polis e Psique*, 9(3), 133-151.
- Castro, R. D. (2015). Correspondência de Julio Porto-Carrero a Arthur Ramos: a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930. *História, Ciências, Saúde*, 22(4), 1451-1465.
- Chinalli, M. (2010). A chegada da peste: cem anos da viagem de Freud aos EUA. *Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, 4 (7), 53-62.
- Cidade, N. O. P., & Zornig, S. A. (2016). Trauma, temporalidade e inscrição psíquica. *Cadernos de Psicanálise*, 38(35), 29-47.
- Coronil, F. (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In E. Lander (Org.). *Perspectivas latino-americanas* (pp. 50-62) [Colección Sur Sur]. Buenos Aires: CLACSO.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a psicologia brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36, e36nspe14.
- Dunker, C. I. L. (2019). Exceção no mundo. *Revista Cult*, 249(1), 22-25.
- Facchinetti, C. (2001). *Deglutindo Freud: histórias da digestão do discurso psicanalítico no Brasil (1920-1940)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Facchinetti, C. (2003). Psicanálise modernista no Brasil: um recorte histórico. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 13(1), p. 115-137.
- Ferreira, I. C. H., & Batista, C. A. M. (2017). O olhar da psicanálise sobre a deficiência intelectual: do copista a autor de sua própria história. *Inclusão Social*, 10(2), 113-118.
- Freud, S. (1913/2006). Totem e tabu. In S. Freud (Ed.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 13-155). Rio de Janeiro: Imago.

- Gil, M. R. C. (2000). Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3(2), 173-177.
- Godoy, E. V., & Santos, V. M. (2014). Um olhar sobre a cultura. *Educação em Revista*, 30(3), 15-41.
- Gonçalves, C. W. P. (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In E. Lander (Org.). *Perspectivas latino-americanas* (pp. 3-5) [Colección Sur Sur]. Buenos Aires: CLACSO.
- Lacan, J. (2008). O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1964)
- Levisky, D. L. (2002). Construção da identidade, o processo educacional e a violência – uma visão psicanalítica. *Pro-Posições*, 13(3), 39.
- Macedo, I. (2016). Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário. *Comunicação e Sociedade*, 29, 271-289.
- Martins, A. A. (2020). Uma leitura feminista decolonial de o mal-estar na civilização. *Natureza Humana*, 22(2), 44-61.
- Mendes, E. R. P. (2006). Sigmund Freud e as interseções entre psicanálise e cultura. *Reverso*, 28(53), 23-28.
- Moreno, M. M. A., & Junior, C. N. E. (2012). Trauma: o avesso da memória. *Revista Ágora*, 15(1), 47-61.
- Nagem, C., Garcia D. A., Martins, K. D. A., & Amorim, A. O. (2021, janeiro). Efeitos da colonização e a possibilidade subversiva da escuta. *Revista Linguagem*, 37, 23-35.
- Pokorski, M. M. W. F., & Pokorski L. A. F. (2012). A linguagem constituinte do ser humano. *Estudos de Psicanálise*, 38, 97-104.
- Rivera, T. (2019). Uma psicanálise do outro: a história da psicanálise no Brasil. *Revista Cult*, 249(1), 18-21.
- Smadja, E. (2016). Freud e a cultura. *Ide*, 38(61), 171-182.
- Torquato, L. C., & Rocha, G. M. (2018). O pensamento estrangeiro: a errância de Freud no Brasil. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 7(13), 287-299.
- Vargas, I. C. P., & Amaral, N. F. G. (2019). “Ballet numa casa de pagode”: discurso e colonização. *Revista Igarapé*, 12(2), 1-11.
- Zahar-Cavalcanti, C., & Poli, M. C. (2015). O laço social e o mal-estar face ao desamparo. *Interthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 12(2), 55-73.